



CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer sobre Projeto de Resolução N°03/2021

Origem:

<input type="checkbox"/> Poder Executivo	<input checked="" type="checkbox"/> Poder Legislativo	<input type="checkbox"/> Iniciativa Popular
--	---	---

Datas e Prazos:

Data Recebida:	02	08	2021
Data para emitir parecer:			

Prazos para emitir Parecer		Imediato (art.138, R.I)
		4 dias (art. 68, § 2º, R.I)
	x	8 dias (art. 68, R.I)
		16 dias (art. 68, § 1º, R.I)
		24 dias (art. 68, § 1º, R.I)

Ementa:

Constitui Comissão Especial dos Limites Territoriais do Município de Imbituba.

Despacho do Presidente:

Designo para Relator: Bruno Pacheco da Costa, em 04/08/2021.

Eduardo Faustina da Rosa
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

I - Relatório:

Trata-se de Projeto de Resolução que Constitui Comissão Especial dos Limites Territoriais do Município de Imbituba.

O Projeto de Resolução foi protocolado nesta Casa em 29/07/2021, sendo lido em Plenário, para a devida publicidade, na sessão ordinária do dia 02/08/2021.

Após, seguindo o trâmite regimental, em data de 02/08/2021, conforme determinação do Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Humberto Carlos dos Santos, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final para que essa exarasse parecer quanto à constitucionalidade e legalidade do projeto, bem como adequasse o texto da proposição ao bom vernáculo e ao correto emprego da técnica legislativa.

É o sucinto relatório.



II – Análise

ANÁLISE

Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final.

Incube a Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles a sua opinião para orientação do Plenário, conforme o art. 46 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba.

Já o art. 76 do Regimento Interno dispõe que compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal, bem como gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

Ainda, nos termos do § 1º, do art. 76 do RI, salvo expressa disposição em contrário do Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os Projetos de Lei, Decretos Legislativos e Resoluções que tramitarem pela Câmara.

Trata-se de Projeto de Resolução, de autoria da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, que pretende a constituição de Comissão Especial para tratar dos Limites Territoriais do Município de Imbituba.

Embora de autoria da Mesa Diretora, o projeto em tela decorre da aprovação, pelo plenário, do Requerimento nº 38, de autoria dos Vereadores Eduardo Faustina da Rosa, Rafael Mello da Silva e Leonir de Souza, que nos termos do Regimento Interno requereram a constituição da referida Comissão Especial:

“Art. 117 [...]

§ 3º - Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os

Requerimentos que versem sobre:

[...]

XI - constituição de Comissões especiais, Processantes e Parlamentares de Inquérito;”

“Art. 43. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

[...]

VI - expedir Resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto aos seguintes:

[...]

e) constituição de Comissões especificadas no art. 45.”

Ainda, o Art. 47. do RI, dispõe que as Comissões Especiais são àquelas destinadas a proceder a estudo de assunto de especial interesse do legislativo e terão sua finalidade especificada na Resolução que a constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

Apenso ao projeto em análise, consta o Requerimento nº 038/2021 que contém a justificativa para a criação da Comissão especial de que trata o presente projeto de resolução.

Segundo os propositores do Requerimento, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela manutenção da lei estadual que consolidou os limites, trazendo graves consequências para o Município de Imbituba e toda sua população, no tocante ao repasse do FPM – Fundo



de Participação dos Municípios e, também às populações que residem nos limites do município, pois estão carentes da presença efetiva do Município, enquanto ente da Federação, no tocante à prestação de serviços essenciais ou a continuidade destes.

Por fim, justificam que a instituição da Comissão Especial dos Limites Territoriais do Município de Imbituba-SC é medida de extrema urgência com vista a possibilitar que o Poder Legislativo do Município de Imbituba, através da Comissão, possa desenvolver novas ações que visem estudar, analisar e acompanhar e propor medidas para a definição do estabelecimento dos limites de seu território.

Acerca da iniciativa da proposição, a Lei Orgânica do Município de Imbituba assevera:

“Art. 62 - A Câmara terá comissões permanentes e especiais, constituída da forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de sua designação.”

Ainda sobre os Projetos de Resolução, a Lei Orgânica assim dispõe:

“Art. 76 - Os projetos de resoluções disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os Projetos de Decreto Legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.”

Assim, quanto à competência legislativa, à iniciativa do Poder Legislativo, à espécie normativa empregada e ao vernáculo empregado, conclui-se que o presente projeto não apresenta vícios legais/constitucionais que possam obstar sua aprovação.

Ainda, verifica-se que está caracterizado que a Comissão Especial terá como finalidade proceder estudo de assunto de especial interesse do legislativo.

Por fim, após a aprovação do presente Projeto de Resolução, na forma do Art. 35, Inciso VIII, do Regimento Interno, e do Art. 64 da LOM, competirá ao Presidente da Câmara designar os vereadores que farão parte da Comissão Especial, observando tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos.

Bruno Pacheco da Costa
Relator

III – Voto

Assim, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Resolução N°03/2021.

Bruno Pacheco da Costa
Relator



RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer da Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final

A Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final, em reunião do dia 04 de agosto de 2021, através Sistema de Deliberação Digital (SDD) instituído pelo Ato da Presidência nº 013/2020 e convalidado pelo plenário da Câmara de Vereadores de Imbituba, através da Resolução nº 003, de 16 abril de 2020, opinou por unanimidade pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pela aprovação do Projeto de Resolução N°03/2021.

Sala das Comissões, 04 de agosto de 2021.

Eduardo Faustina da Rosa
Presidente

Bruno Pacheco
Membro